



REGIONAIS 96

«Cristão consciente não vota neles»

• *Bispo categorico*

- O Bispo do Funchal continua irredutível: «Padres na política? Obrigado, não». D. Teodoro Faria acha que os padres madeirenses perdem credibilidade com esse envolvimento. «O sal perdeu a força», diz e contraria esse voto.

ROSÁRIO MARTINS

O DIÁRIO procurou registar as opiniões do Bispo da Diocese do Funchal. Remeteu via fax, para o Paço Episcopal, as questões e aguardou resposta.

Dom Teodoro Faria aceitou comentar. Fê-lo por escrito e na mesma folha de fax das perguntas. As respostas são telegráficas e algumas reduzem-se a máximas bíblicas. Reproduzem-se na íntegra:

1. Como vê a participação dos sacerdotes na política actual?

R: «Com pena! Padres na política? Obrigado, não.»

2. Considera que a credibilidade da Igreja poderá estar em causa com o envolvimento dos sacerdotes na política?

R: «A Igreja não, os

padres sim; O sal perdeu a força! Um cristão consciente não vota neles».

3. O que estipula o Direito Canónico nesta matéria?

R: «O que todos sabem: abster-se».

4. Negar o envolvimento dos padres na política é ir contra o «Princípio da Laicidade»?

R: «Leia o que escreveram os padres maçônicos do século passado!»

5. Qual será a posição da Diocese do Funchal face ao envolvimento dos sacerdotes já conhecidos na política?

R: «A Deus o que é de Deus, a César o que é de César».

6. Concorda que se mexa na lei religiosa para atribuir os mesmos direitos que a Igreja Católica tem às demais seitas religiosas?

R: «Às seitas não, às confissões religiosas sim, tendo em conta o lugar da Igreja na His-



D. Teodoro Faria: «Padres na política? Obrigado, não».

tória e tecido cultural português».

7. Como encara o panorama actual insular das seitas religiosas? Em as-

censão ou declínio? Preocupante ou não?

R: «Como sinal dos tempos. Pode ser droga para o espírito».

PROF. HERMANO SARAIVA AO DIÁRIO

Longa tradição de trono e altar

A participação dos sacerdotes na política portuguesa tem ou não antecedentes históricos? O que é que a História de Portugal reza a este respeito? O DIÁRIO convidou o prof. José Hermano Saraiva a revelar a vertente histórica desta matéria.

Logo à primeira questão, se Portugal tem ou não uma tradição de envolvimento dos padres/Igreja na política, o historiador é peremptório: «Tem uma longa tradição. Basta dizer que o Rei D. Afonso Henriques, antes de iniciar o movimento de fundação de Portugal, teve que fazer uma aliança com o Bispo de Braga. Bom, de certo modo, a aliança entre a Igreja e o Estado é o sangue que corre nas veias do País até à Lei da Separação de 1911. Temos oito séculos de História em que a Igreja é a verdadeira nírva pura política do País. Essa situação provocou uma crise no princípio do século XIX porque, quando chega a Revolução Liberal, a Igreja toma uma atitude muito enérgica a favor da monarquia absoluta. Como se sabe,

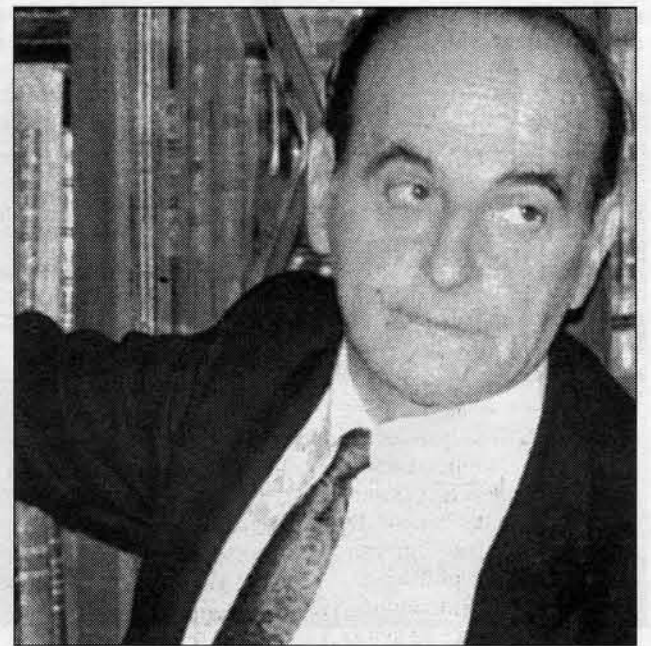
eles chamavam à monarquia absoluta o sistema do trono e do altar. O trono e o altar estiveram ligados. Isso fez com que a monarquia liberal tenha sido fortemente anticlerical. Em todo o caso, manteve-se na própria Constituição a ideia de que Portugal era um país católico. Isso é interrompido, em 1911, pela Lei da Separação da Igreja e do Estado, da autoria de Afonso Costa. O dr. Afonso Costa era um grande estadista mas era um homem fortemente anti-religioso. Chegou a dizer que a Igreja era a origem de todos os males portugueses e tomou o compromisso de suprimir a Igreja em Portugal dentro de duas gerações. Esta atitude teve por efeito uma fortíssima reacção do público conservador contra Afonso Costa. A religião é uma atitude de consciência e quando acaba o mais que se consegue é que surja outra. A religião é uma constante, é uma atitude do espírito e, se alguém arrancar uma camada de chão, o que consegue é ver outra camada por baixo. Bom, na verdade,

Afonso Costa, com a sua política jacobina, de um jacobinismo odioso, porque chegou a mandar prender centenas de sacerdotes, fez com que os sectores mais conservadores tenham voltado ao poder depois da Revolução. Penso que é a política jacobina de Afonso Costa que está na origem do Estado Novo. Por isso, esta actual República (III República) tem tido o bom senso de não hostilizar a Igreja. Nem esta Igreja nem nenhuma. As pessoas pensam como querem».

O prof. José Hermano Saraiva opina também relativamente à posição a tomar pelos sacerdotes: «São homens como quaisquer outros. E o sacerdote que está num país em que se reconhece o direito de votar aos presos das cadeias, aos doentes dos hospitais, aos militares dos quartéis, como se havia de negar esse direito aos membros das igrejas? O membro da Igreja é uma pessoa como qualquer outra e, portanto, toma a atitude que entender. Não há nada de anormal. Actualmente, na opinião pública

portuguesa permanece um resquício forte de sentimento anticlerical, que, aliás, me parece uma constante na atitude do povo português. E, portanto, quando um sacerdote diz uma coisa, há sempre noutros sectores uma reacção. O sacerdote está numa posição difícil: ele é ministro de uma religião que prega os mais altos valores morais, mas ele, pessoalmente, é uma pessoa com todas as imperfeições e limites de qualquer pobre criatura humana. Portanto, há sempre um grande desnível entre a doutrina que ele prega e aquilo que ele faz. Só com padres que fossem santos é que isto não acontecia. Mas é claro que este contraste joga contra ele. Portanto, o anticlericalismo continua a ser uma constante em Portugal».

O prof. Hermano Saraiva considera, todavia, que a Igreja Católica não se revela hoje em Portugal como um vassalo do poder político. «A independência é grande. Há exemplos vitóricos de reacção a situações sociais, criadas pelo poder político. Veja-se,



O historiador Hermano Saraiva recorda a longa tradição na História de Portugal de padres na política.

por exemplo, o recente protesto do Bispo de Setúbal contra essa imoralidade que é o tratamento que é o tratamento que estão a infligir aos ciganos, que é uma violência e contra todo o espírito português. Nós somos contra toda a perseguição racial mas a única pessoa que teve a coragem para o dizer foi o Bispo de Setúbal. Penso que a Igreja se coloca numa posição de defesa de valores espirituais. E penso que o tem feito bem».

Confrontado também com a possibilidade da lei religiosa ser alterada no sentido de atribuir os mesmos direitos da Igreja Católica às demais seitas religiosas, o prof. Hermano

Saraiva diz desconhecer essa pretensão. Todavia, como cidadão, o seu posicionamento é este: «A lei geral distingue as sociedades entre dois grupos: sociedades com fins lucrativos e sociedades sem fins lucrativos. É evidente que esta distinção tem que se aplicar às igrejas. Não se pode tratar ou confundir uma Igreja que tem mil anos de História e que na verdade corresponde a crenças profundas do povo português com associações mercantilistas que visam apenas melhorar a fortuna pessoal dos respectivos ministros».

ROSÁRIO MARTINS